

Formação profissional no 2º grau: em busca do horizonte da *Educação Politécnica**

Gaudêncio Frigotto**

Não saberia explicar para vocês por que o privilégio de proferir esta aula inaugural da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio a convite desta histórica casa. Minha participação no trabalho, que agora toma caráter público e irreversível, foi muito pequena, diria marginal. Talvez aqui esteja pela utopia e pela tenaz vontade de arrancar de dentro da velha sociedade excludente e da escola dual e discriminatória uma nova sociedade e uma nova escola, talvez pelo fato de olharmos na mesma direção o mundo, os homens que o constroem, a vida e a história. Seja qual for a razão, sou imensamente grato e me sinto emocionado e honrado por este momento.

A escola, que hoje se inaugura, tem uma longa história e vários autores e atores que a teceram e a viabilizaram.

Em 02.12.87 neste auditório o Prof. Arouca instalava um seminário que levava por título *CHOQUE TEÓRICO*. Tratava-se da discussão de um pré-projeto desta escola — UMA UTOPIA EM CONSTRUÇÃO. fruto, como lembrou o Prof. Luiz Fernando, de uma *alucinação* dele, do Prof. Arouca e do Prof. Arlindo. Essa *alucinação*, todavia remonta ao tempo de Joaquim Venâncio. Não cabe neste momento reconstituir o enredo rico desta trajetória marcada pela *utopia*. Utopia que significa um horizonte político, social, econômico e cultural possível.

A utopia encontra eco num grupo de jovens profissionais inconformados com seu tempo, com a sociedade excludente, com a escola dual, com a saúde e educação que excluem as maiorias ou lhes oferecem serviços de segunda categoria. Inconformados, mas munidos de uma lucidez política e técnica que os impulsiona a buscar alternativas e que acreditam que a história se dá *dentro de circunstâncias, mas circunstâncias feitas pelos homens*. Com esta convicção buscaram viabilizar este trabalho, no início, dentro da FIOCRUZ e, em seguida, articulados com a SEE/RJ.

Permitam-me, pois registrar e prestar publicamente, nesta aula inaugural, uma homenagem especial aos professores Arouca, Luiz Fernando e Arlindo que ousaram trabalhar a dialética da UTOPIA, comprometidos que estão em arrancar da velha sociedade uma sociedade mais equânime, mais justa e uma educação que forme técnicos, cidadãos e dirigentes. Ao Antenor,

* Aula inaugural de fundação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio — FIOCRUZ em 14.03.88

** Prof. do Curso de Mestrado em Educação da UFF e do IESAE/FGV.

Joaquim, Bianca, André e Júlio, que apostaram nesta utopia e porque olham a história na mesma direção, se debruçaram na busca da viabilidade. Graças a esse esforço e de tantos outros, aqui estamos começando; aos professores da rede pública de ensino que se animaram a enfrentar esse desafio e, finalmente, aos alunos que constituem a 1ª turma e que fundam de fato a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

De uma aula inaugural, penso, se espera que não seja algo tão longo que espante no primeiro dia e nem algo tão curto, que dê idéia de simplificação do que é complexo.

E o que falar, sobre profissionalização de 2º Grau, para um público tão similar no desejo, na utopia, na concreção deste projeto que se inicia, mas tão diverso nas suas atividades, na sua experiência, idade e maturidade? Perdoem-me se para muitos estou repetindo o óbvio, ainda que por vezes seja didático e político fazê-lo, e também, se para outros a fala for árida demais.

Vou dividir minha exposição em três pontos básicos, tentando realçar o sentido histórico, a peculiaridade e a força do trabalho que se oficializa nesta data, a saber:

— alguns pressupostos para entender o horizonte de avanços e transformações que ora buscamos;

— a natureza estrutural excludente, alienada da sociedade que vivemos; a dualidade da escola e desqualificação profissional. Como este caráter excludente se manifesta nas conjunturas que nos são mais próximas;

— qual, finalmente, o sentido histórico, a especificidade e a concepção básica da ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO.

A) Pressupostos necessários à construção conseqüente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Entendo que a escola que estamos inaugurando sinaliza claramente que não nos conformamos com a sociedade excludente e a escola excludente e que acreditamos que dentro da velha estrutura é possível arrancar um novo possível histórico. Isso, de imediato, nos indica que esta iniciativa só terá conseqüência efetiva se se fundar numa luta mais ampla, institucional e social, que se trava no plano da estrutura político-social econômica, cultural e ética da nossa sociedade. Se esta experiência for fundada no horizonte do experimentalismo, do novo pelo novo, morre no seu nascedouro.

O segundo pressuposto é de que o avanço concreto de projetos da natureza da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, tem sua viabilidade inscrita

na compreensão profunda da ossatura e da natureza orgânica excludente e perversa da sociedade em que ela se instaura. Perversidade potenciada por tratar-se de uma sociedade capitalista incluída no rol dos países submissos, dependentes dos centros hegemônicos do capitalismo e, ao mesmo tempo, integrada, em diferentes setores e grupos, ao capitalismo avançado. A visão da teoria da dependência mostra-nos, apenas uma face parcial do capitalismo que vivemos. O capital não tem prática. O que há é uma internacionalização dos mercados entre capitalistas, entre as frações de classes detentoras do poder econômico e político. Esta compreensão demanda uma avaliação permanente teórico-prática, das forças que estão em jogo, conjuntamente, nos âmbitos político, econômico e cultural. É preciso atentar para o fato que esta escola que, como assinalamos anteriormente, se gesta há mais tempo, se inaugura contraditoriamente, num período profundamente crítico da história de nosso país. Vivemos uma transição *democrática*, inusitada, porquanto os artífices políticos em sua maioria pertencem ao *ancien regime*, e a transição corre o risco de ser tão longa quanto a ditadura. Uma “nova república” que de novo tem pouco mais que o adjetivo, mas cujo autoritarismo, mecanismos de poder e de influência, dissimulam-se por diferentes formas. O fisiologismo exacerbou-se e a única ética que vale é a do ganho dos grupos interessados em alongar e esmaecer a transição democrática. Nesta semana mesmo a área da saúde recebeu um baque brutal. O trabalho competente, politicamente lúcido e comprometido com a saúde pública do Dr. Hésio Cordeiro foi loteado, negociado, leiloado pelo fisiologismo.

Sem o exame crítico permanente e a organização para combater a democracia abstrata, o direito abstrato, o avanço de propostas como a que iniciamos aqui, também fica difícil.

Finalmente, um terceiro pressuposto parece-me necessário no balizamento conceptual e político desta escola.

Há necessidade de ter-se clareza sobre a especificidade do campo educacional, sua natureza, sua força e seus limites. Há necessidade de se superar as análises mecânicas, as inversões de determinação e aprender o tecido social nas suas articulações, contradições e mediações. É preciso entender que a estrutura social não recebe a determinação básica no processo educativo escolar, porém este tem mediações importantes. A educação, tomada tanto no seu sentido amplo dos processos pedagógicos que se desenvolvem no bojo das relações sociais quanto a que se efetiva em instituições, tem inter-relações fortes com o conjunto das práticas sociais. A escola, então, não pode ser confun-

dida com partido político, sindicato, associação, embora sua prática esteja profundamente articulada com as dimensões políticas tanto no âmbito da sociedade política quanto e principalmente ao âmbito da sociedade civil. A educação que se dá na escola se inscreve, pois, no plano das forças que constituem e desenvolvem, mantêm ou rompem com as classes ou frações de classe.

B) Natureza excludente e perversa da sociedade capitalista

Ainda que esquematicamente, vou tentar aprofundar, no plano mais geral, os pressupostos acima apontados. A questão que me proponho examinar é: qual a ossatura, a natureza da sociedade onde produzimos nossa existência?

Trata-se de uma sociedade cuja especificidade se assenta sobre a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e que, na base desta, cinde os homens em classes e grupos sociais, tendo a desigualdade como uma necessidade orgânica. Esta cisão submete a classe trabalhadora a uma tríplice alienação, tomada aqui a alienação no sentido de expropriação, subtração, *roubo*.

Primeiramente, com o surgimento da propriedade privada e a dominância desta face à propriedade coletiva dos meios e instrumentos de produção, estabelece-se o nível mais radical de alienação dos homens. Rompe-se com a possibilidade de todos os homens se relacionarem igualmente com os meios e instrumentos de produção, para produzirem socialmente sua existência. Produz-se uma relação social em que parte dos homens aparece como classe proprietária e uma maioria crescente é reduzida a força de trabalho que, para se reproduzir imperativamente, tem que vender essa força em troca de salário. Rompe-se com a relação ontológica e histórica homem-natureza — trabalho-homem. Nega-se legalmente, pelo tipo de direito positivo que se estrutura e pelo tipo de relação social o acesso aos meios e instrumentos de produção e a reprodução fica condicionada a uma relação de assalariamento. Para que essa relação social se dê de fato e sob a aparência legal, há necessidade que a classe trabalhadora seja duplamente *livre*: livre de propriedade para ser impelida a empregar-se e não escrava, já que o escravo não poderia mercadejar sua força de trabalho. Neste sentido a escravidão, enquanto relação social onde o trabalhador equivale a um animal ou uma máquina, não interessa à sociedade capitalista.

Sob essa dupla *liberdade* abstrata, de um lado constrange-se ao que possui força de trabalho ir ao mercado e vendê-la e, neste aparente movimento de

liberdade, esconde-se a relação de violência que o produz. A história dos negros do Brasil, após a abolição da escravidão, elucida a perversidade da relação social a que a classe trabalhadora está submetida no capitalismo.

Esta alienação mais fundamental nos permite entender o que ocorre no processo de trabalho. Após a venda da força de trabalho, o tempo de trabalho não pertence ao trabalhador, pertence a quem, mediante um contrato, a comprou. Não só o tempo do trabalho, mas o produto do trabalho pertencem ao capital, ao empregador. Os trabalhadores que produzem carros, máquinas, copos, não recebem nem o produto, nem o valor desses produtos. Recebem um salário. Este é apenas parte de seu tempo incorporado nestes produtos, nestas mercadorias. Essa relação protegida pela legalidade de um contrato em condições desiguais, e, portanto, uma relação de violência, nos permite entender como a alienação se manifesta sob outra dimensão. Apenas parte do trabalho é paga. Isto nos permite entender o *milagre* da acumulação capitalista e a manutenção orgânica da desigualdade econômica, social, cultural e educacional.

Finalmente há uma terceira dimensão da alienação, da expropriação que o capital faz sobre o trabalho. Ao pagar salário o capital não só paga apenas parte do tempo incorporado no processo de trabalho e nas mercadorias que daí resultam, e, portanto, o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, como mediante este salário se lhes impede adquirir esse produto. Por aí entendemos que o carro que o trabalho coletivo de inúmeros trabalhadores monta, dificilmente é algo acessível ao trabalhador assalariado. Quem construiu os lindos prédios de Brasília reside em cidades satélites. Até mesmo quem produz alimentos básicos não tem acesso a eles, em quantidade suficiente à sua reprodução.

A compreensão dessa ossatura de sociedade nos permite ver que aquilo que nos é passado como *natural* (pobreza, desigualdade) não é senão ação dos homens. A fome, a miséria, o analfabetismo, as doenças endêmicas, a subnutrição não são uma fatalidade e nem resultado de uma *irracionalidade* dos contingentes de trabalhadores mas sim produto histórico deste tipo de organização social. Por ser injusta e desigual é também uma sociedade aética.

Alguns dados nos ajudam entender, ainda que como simples elucidação, o que acabo de expor. Somos considerados entre a 8ª e 10ª economia industrializada do Ocidente. Grandes produtores de armamentos, avanços competitivos no campo da informática, grandes exportadores de alimentos, segundo no ano de 1986. Em contrapartida somos o 73º país do mundo

em consumo; temos as taxas das mais elevadas do mundo de analfabetismo, evasão escolar e de precariedade na saúde pública. Muitas das doenças endêmicas combatidas no início do século, e que Manguinhos é expressão histórica desta época, voltam avassaladoras. Trata-se, pois, de uma sociedade que exclui dois terços dos brasileiros de comer condignamente, de poder habitar, da saúde, da educação, do lazer, etc.

Se não se entender adequadamente a natureza, a anatomia orgânica desta sociedade e mais ainda o tecido social histórico de conjunturas específicas é impossível compreender por que esta sociedade é excludente e desigual; por que produz a escola dual e elitista, escola de semanas, meses ou poucos anos; por que, desde o Império, a profissionalização tem o sentido de *tripalium* — um castigo para os escravos, os vencidos e hoje para as massas trabalhadoras; por que a equivalência dos tipos de ensino nunca passou de um formalismo legal, já que continuamos com diferentes sistemas de ensino e qualidades de ensino; em suma, não se entenderá por que vivemos numa sociedade rica e ao mesmo tempo dois terços de seus cidadãos vivem subnutridos biológica e culturalmente — uma sociedade que negocia saúde, sangue, educação e a vida no seu conjunto das classes populares.

E como é possível manter a aparente igualdade, legalidade e até legitimidade desta sociedade? Isso se mantém mediante uma permanente violência ideológica que reduz e banaliza os conceitos de homem, trabalho, classe social e educação. O homem fica reduzido a uma abstrata concepção de racionalidade — um ente geral despido de relações sociais, de relações de poder e de dominação. O trabalho, de rica totalidade de relações que envolve o conjunto do fazer humano (trabalho produtivo, arte, lazer etc.), banaliza-se na sua forma alienadora de emprego e salário. A realidade das classes sociais, que expressa a violência das relações humanas e sociais, transmuta-se num harmônico contínuo de mais ricos e menos ricos, de possuidores e não possuidores. Finalmente a educação, também uma rica totalidade de relações sociais que engloba dimensões econômicas, políticas, culturais, estéticas, reduz-se a treinamento, preparação para o *mercado de trabalho*.

C) As conjunturas político-sociais e a questão educacional

O esboço acima traçado sobre a natureza e especificidade da sociedade em que vivemos nos permite entender por que a saúde, o emprego, a educação, habitação são preocupações somente na medida da *ma-*

nutenção do privilégio. Vivemos num tipo de sociedade que atinge apenas o nível de uma democracia restrita no plano político, democracia das elites conservadoras. Nós radicalizamos, no Brasil, uma forma de passar verniz sobre uma sociedade que de fato nunca foi democrática, justamente porque sua organicidade é antidemocrática, injusta porquanto depende da exploração para subsistir.

Debrum (1983) ao analisar a realidade brasileira do último meio século, nos mostra que se alternam quatro estratégias conservadoras na manutenção da ordem vigente: *conciliação, autoritarismo desmobilizador, autoritarismo mobilizador e liberalismo.* Saviani (1986) ao discutir a política educacional no Brasil e o papel do Congresso Nacional neste mesmo período, baseado em Debrum, nos indica que nesse período as relações políticas e o conjunto das relações sociais se movem sob o auspício de uma *democracia restrita ou sob a ditadura (democracia excludente).* No primeiro caso trata-se de uma democracia das elites e no segundo com a exclusão de parte dessas elites. Esse rápido quadro conjuntural que irei desenvolver visa assinalar de como as elites conservadoras oscilaram nas políticas de negação ou protelação do direito real a trabalho, saúde, educação, habitação, às classes populares.

No período que vai de 1946 a 1964, o Brasil viveu um interregno de democracia restrita entre duas ditaduras. Não obstante o caráter limitado da democratização e por sua natureza, definiram-se as bases materiais e superestruturais da sedimentação do capitalismo industrial associado ao capitalismo internacional. Houve espaço real para organização de partidos, uma certa organização sindical e um certo avanço jurídico-institucional. Neste clima houve espaço para o surgimento de lideranças comprometidas com avanços mais profundos na sociedade. No campo educacional desnuda-se um debate acirrado entre os defensores da escola pública e particular. Debate esse que reaparece, com outras forças, de forma tão intensa hoje.

A Lei de Diretrizes e Bases (4.024/61) gesta-se neste período. Trata-se de uma legislação que é produzida dentro do jogo das forças políticas que determinaram o Estado Novo. No âmbito político mais geral trata-se de forças que estabelecem um pacto de *conciliação* entre elites dominantes e que configura um regime político que Saviani qualifica como de *democracia restrita.* Ao examinar as emendas, substitutivos, feitos no Congresso, esse autor nos evidencia que o texto convertido em lei *representou uma solução de compromisso* entre as principais correntes em disputa. Prevaleceu, portanto a estratégia de conciliação entre as elites.

Esse período, pelos avanços que oportunizou e pelas sinalizações que se buscavam concretizar foi abruptamente rompido com o golpe de 1964. De 64 a 68 a ditadura foi se instalando num crescendo de violência em todos os níveis: a tortura física e moral, o banimento, a violência política e institucional.

Deste período, no campo educacional, herdamos a Reforma Universitária imposta por decreto, pela lei 5.540/68, proposta por um grupo de trabalho.

Muito embora o grupo de trabalho tenha recebido o prazo de 30 dias para a conclusão dos trabalhos, o enredo dos fatos remonta à instalação do golpe militar. Além da criação do IPES que está ligado à deflagração do golpe de 1964, os Acordos MEC-USAID evidenciam a forma pela qual o regime militar encaminhou a questão educacional. Encaminhamento que se definia numa linha de um capitalismo interdependente, integrado em contraposição à orientação nacional-desenvolvimentista. A recusa dos estudantes participarem do Grupo de Trabalho, não só assinala o confronto que se estabeleceu com o regime como os desdobramentos da crise mediante o uso da violência física e dos Atos Institucionais.

Dos anos 68 até a segunda metade dos anos 70, em contraste com o *autoritarismo desmobilizador* do período anterior, vamos ter um período de autoritarismo mobilizador, triunfante. Financia-se o milagre econômico com a entrega do Brasil ao imperialismo capitalista.

No campo educacional a lei da profissionalização — 5.692/71 é a expressão das forças conservadoras que leram a história, por interesse, de costas.

Como no caso da elaboração da Reforma Universitária, incumbe-se, por decreto, um grupo de trabalho que no prazo de 60 dias deveria apresentar um relatório conclusivo.

Trata-se de uma Lei, *que completa o ciclo de reformas educacionais destinadas a ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964*. (Saviani/1986). Sua promulgação efetiva-se no bojo de um clima do *autoritarismo triunfante* em que todos são convocados a construir a *Pátria Grande*, o Brasil *Potência*. A reforma de ensino de 1º e 2º graus é posta como panacéia no encaminhamento da superação das desigualdades sociais. Trata-se, em suma, da expressão mais elaborada das teses do economicismo na educação, que representam a justificativa ideológica, para o ajustamento da educação ao regime de democracia excludente.

Radicaliza-se o dualismo e elitização no sistema educacional. Mobiliza-se a sociedade brasileira.

Todavia o regime ditatorial foi cavando “becos sem saída”, ao mesmo tempo que a resistência das

forças comprometidas com a democracia real, nunca esmoreceram em suas lutas, ainda que confinadas em porões, exiladas ou dispersas por todo o Brasil. O final da década de 70 marca a estratégia da ditadura para uma distensão lenta, gradual e conservadora. Abertura que desemboca na nova república. Transição que corre o risco de ser tão longa quanto a ditadura ou de sequer constituir-se em transição, buscando, porém, uma vez mais se alinhar no horizonte da *conciliação pelo alto* no intuito deliberado da manutenção dos interesses das elites conservadoras e a postergação do atendimento das necessidades e interesses populares.

É dentro da ambigüidade que se efetivam *as mudanças* que não alteram substantivamente as leis que produzem e mantêm os privilégios. À classe trabalhadora, não interessa o horizonte da democracia burguesa que postula uma libertação política, porém, mantém a dominação econômica. O que interessa à classe trabalhadora é a democracia que abrange, além do aspecto político, os aspectos econômico, social e cultural em seu conjunto. (Saviani, 1986).

É importante ter-se presente, todavia, para não se cair numa análise fatalista e linear, que a situação que aí está não tem mão única, ainda que as forças conservadoras tenham reciclado seu discurso, mas continuem nos mesmos métodos truculentos na concreção dos seus objetivos de conservação do *status quo*. Não sem dificuldades, há avanços que têm que ser mantidos e outros conquistados.

É no interior de uma sociedade organicamente excludente e numa conjuntura onde o velho regime das minorias conservadoras, impondo pela força seus interesses, e onde a luta por uma nova estrutura de relações sociais não esmorece, que nasce, como marco de utopia, o projeto da Escola Politécnica de Saúde. Nascer em Manguinhos não é coincidência histórica é antes trabalho de construção de história.

D) Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: a serviço de que e de quem?

Finalizando essa minha exposição quero registrar a leitura que faço sobre o projeto desta escola pública que hoje tem seu início.

Esta escola representa, a meu ver, um espaço buscado por inúmeras pessoas que aqui trabalham e/ou articuladas de alguma forma com o trabalho que se realiza na FIOCRUZ. Trata-se não só de uma busca que nos unifica pelo inconformismo e rebeldia daqueles que não aceitam a sociedade excludente, mas que nos unifica pela ação concreta de criação de possibilidades, em todos os poros da sociedade para a mudança desta

realidade. Nasce, pois, dentro de um projeto mais amplo de sociedade, de história humana e de ação política.

Instala-se, então, esta escola com uma meridiana clareza política da necessidade de formar técnicos competentes e cidadãos politicamente conscientes e capazes de somar na tarefa da transformação social. Penso que não há dúvida tanto na proposta escrita quanto nos procedimentos práticos de sua concretização, sobre a serviço de que e de quem se põe esse trabalho. Penso que se não é tarefa fácil concretizar o que é pretendido, não será por falta de clareza de direção, esforço de organização e autocrítica.

É uma escola que se coloca como desafio à dialética concreta da convivência contraditória do velho e do novo. Só idealistas — isto é, aqueles que se põem a sonambular sem análise das forças sociais concretas, e adversas, pensam em transformar sem enfrentar o ranço desta realidade. Levar adiante essa dialética, implica clareza de horizonte político, paciência histórica, competência profissional e organização.

Penso que não se está começando com a ilusão da novidade pela novidade e do experimentalismo. Também não se tem a ilusão que este espaço seja o *front* fundamental da mudança social. Apenas é um espaço importante. É preciso entender, como assinala Lenine, que *é nesta sociedade que se encontra a força capaz de varrer o velho e de criar o novo e é esta força que é preciso educar e organizar para a luta.*

É uma escola que se coloca na perspectiva da politecnicidade. Esta se funda numa concepção omnilateral de homem. Homem que se produz mediante o trabalho, mas que este não se reduz ao trabalho produtivo material. Homem enquanto natureza, indivíduo e sobretudo relação social. Omnilateralidade que envolve trabalho produtivo material, trabalho enquanto arte, estética, poesia, lazer (mundo da liberdade). A politecnicidade, busca, de outra parte, contrapor-se ao homem unilateral e a formação e educação dimensionadas sobre o especialismo, tecnicismo, profissionalismo. A politecnicidade implica a busca de eixos que estruturam o conhecimento organicamente, de sorte que faculte uma formação do homem em todas as suas dimensões.

Esta terá que ser uma escola que aceita o desafio da modernidade técnica. Percebe-se aqui que o intelectual *do novo tipo*, técnico e dirigente não se formará na escola da fraseologia, do discurso abstrato, do faz-de-conta e do profissionalismo.

A concepção unitária, orgânica do conhecimento implica, de saída, a superação dos dualismos: particular-geral, teórico-prático, técnico-político, técnica-humanidades. Há que se trabalhar o diverso no unitário,

no campo técnico, social e no conjunto do conhecer e fazer humano.

Em suma, ao iniciar este trabalho está-se buscando a concretização prática da concepção de uma escola unitária, universal, pública e laica. E esta escola necessariamente deverá formar técnicos competentes na unidade diversa da técnica, da política, da ciência, e da arte. Há vontade política para isso, há organização, há competência, laboratórios e tempo. Por isso os que passarem por esta escola deverão, a meu ver, dominar com maestria não só a técnica que aprenderam, mas saber avançar sobre esta técnica e compreender seu tempo, as forças que atuam na sociedade e sobretudo um cidadão que acumule inteligência, organização e força para transformar a sociedade excludente.

Ao agradecer a todos pelo convite honroso de participar deste fato histórico importante para Mangueinhos, para a educação e a sociedade brasileira, deixo a todos as instigações de dois cidadãos do mundo que, ao seu modo, lutaram para superar a sociedade do privilégio e da exclusão.

Nós vos pedimos com insistência:
 Nunca digam — isso é natural —
 Diante dos acontecimentos de cada dia.
 Numa época em que reina a confusão,
 Em que corre o sangue.
 Em que se ordena a desordem,
 Em que o arbítrio tem força de lei,
 Em que a humanidade desumaniza...
 Não digam nunca: isso é natural
 A fim de que nada passe por imutável.

Sob o familiar descubram o insólito.
 Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.
 Que tudo que seja dito ser habitual
 Cause inquietação,
 Na regra é preciso descobrir o abuso,
 E sempre que o abuso for encontrado
 É preciso encontrar o remédio.

(...)

Bertold Brecht

INSTRUÍ-VOS porque temos necessidade de toda a nossa inteligência; agitai-vos, porque teremos necessidade de todo o nosso entusiasmo; ORGANIZAI-VOS porque teremos necessidade de toda a nossa força.

A. Gramsci